

## Sarney gasta seu último recurso

**E**stados de espírito diversos exibiram os três governadores que se reuniram no interior de Minas Gerais no último sábado. O anfitrião do encontro estava embalado pelo projeto de continuar lutando para que o presidente José Sarney conquiste o mandato de cinco anos. Por encomenda presidencial, Newton Cardoso aproveitará a reunião do Conselho da Sudene que ocorrerá em Minas até o final do mês para tentar extrair dos seus colegas um novo documento em favor de diretas só em 1989. Quer atrair os governadores de fora da área da Sudene para a reunião.

Parecia assustado o governador de São Paulo. Teme a retaliação do governo federal se assumir, de fato, uma posição claramente favorável às diretas em novembro próximo. Como os demais governadores, depende da boa vontade do Palácio do Planalto para a liberação de verbas essenciais à sua administração — embora, ao contrário de quase todos eles, depende pouco. Seu principal temor é de que Brasília mande esquentar o caso das fraudes ocorridas com a corretora do Banespa.

Dizer que o governador do Rio de Janeiro não recia ser vítima da má vontade do Palácio do Planalto seria uma bobagem — Moreira Franco está informado de parte do que ali se trama contra ele caso persevere na defesa das diretas em novembro ou logo após a promulgação da nova Constituição. Mas dos três governadores que se encontram no fim de semana, ele foi o único a ser firme e veemente na reafirmação da tese de que não se deve deixar para 1989 a escolha do sucessor de Sarney.

O que, basicamente, move o governador de Minas é dinheiro. Fixado, até agora, no mandato de cinco anos para Sarney, ele tem sido recompensado com a injeção de recursos para os programas que desenvolve no seu estado. Quer sempre mais — e terá enquanto se mantiver fiel aos cinco anos. Por oportunista, saltará para o barco dos quatro anos se a nau dos cinco correr o risco de naufragar. Não tem ideologia — ou melhor, toma emprestada a ideologia que melhor lhe sirva na ocasião.

Move o governador paulista a ambição, em si mesma legítima, de candidatar-se à sucessão do atual presidente da República. Quando Quéricia diz que não será candidato este ano, talvez esteja dizendo a verdade. Sabe que quem está sendo lembrado como possível candidato não é ele. Quéricia — é o governador de São Paulo, um estado rico e poderoso. A transferência da eleição para 1989 poderá permitir que, realizada uma administração eficiente, possa vir a ser ele o candidato com todos os méritos.

Como aspirante à sucessão no mercado futuro, evoluiu dos cinco para os quatro anos de mandato para Sarney. Não quer ficar com a impopularidade de ter-se empenhado abertamente pela manutenção de um governo incompetente e rejeitado pela esmagadora maioria da sociedade — quer que o governo se mantenha, o que seria melhor para seus interesses pessoais, mas joga para a arquibancada quando finge o contrário. Até que a Constituinte decida a questão, será capaz de mudar muitas vezes de posição.

Nem quer, nem poderá mais mudar de lado, sob pena de acumular um prejuízo político considerável, o governador do Rio de Janeiro. Se as condições favorecessem, é lógico que ele aceitaria disputar a sucessão de Sarney docemente constrangido — este ano ou no próximo. Mas o que parece movê-lo na insistência pelas diretas em novembro é a percepção amadurecida e irretocável de que a transição, de fato, se esgota com a promulgação da Constituição. A eleição, em seguida, é o passo natural.

O discurso do governador do Rio de Janeiro a respeito da transição, compartilhado com o tom e cores diferentes pelos governadores de Pernambuco, da Bahia e de Alagoas, é mais correto que aquele que aponta o fracasso da gestão de Sarney como o motor das diretas em 1988. Não se pode nem se deveria condicionar a permanência do governo até o próximo ano à sua performance administrativa, política e econômica. Não. Deve-se desejar que seja bem sucedido mas que acabe no tempo certo.

O tempo certo é quatro anos, como admitiu o próprio presidente Tancredo Neves antes de se eleger — e como, de resto admitiu o próprio Sarney ao convocar a Constituinte. É tolice argumentar que se discrimina Sarney quando se pretende dar a ele quatro anos de mandato e cinco aos seus sucessores. Com Sarney ou Tancredo no comando, o atual governo teria mesmo que ser discriminado. A distinção é própria de sua natureza de governo de transição.

Gasta o presidente os últimos recursos de que dispõe para se manter no poder contra a vontade maciça da população de vê-lo pelas costas e violentando a destinação histórica do seu governo. No empenho de derrotar Leonel Brizola nas eleições de 1986, gastou a popularidade adquirida com a reforma do cruzado. Na tentativa de manietar a Constituinte, chamou o Pires e gastou o argumento da crise militar. Gasta agora o apelo ao apetite dos fisiológicos, sua última arma.

Não será por isso que ficará cinco anos. É possível que fique porque o povo está inerte e porque as elites do país, embora favoráveis, também elas, às diretas em novembro, ainda não têm um candidato plausível e confiável.

Ricardo Noblat